

WASHINGTON NOVAES

A mãe de todas as crises



Nossas crises se assentam em sua maior parte nos chamados fatores ambientais

Uma das questões centrais na discussão da miríade de crises que assola hoje o Brasil parece ser a insistência em sustentar que existe uma problemática do meio ambiente, como se este fosse algo à parte da economia e do social, fora destes – em vez de admitir que essa problemática está na origem e no centro de todas as crises. Porque a economia e as atividades sociais não se exercem no abstrato, e sim no concreto, nos meios físico (solo, água, ar) e biótico (seres vivos). No meio ambiente.

Por isso mesmo, tem-se insistido neste espaço, a mal chamada problemática ambiental deveria estar no centro e no princípio de todas as políticas. Como não está, acaba contribuindo decisivamente para numerosas crises. E só se admite isso quando problemas e prejuízos já assumem dimensões assustadoras.

Pode-se tomar como exemplo a atual “crise de energia”, quando, afinal, se começa a discutir influência dos fatores ditos “ambientais” na geração dos problemas.

Pergunta-se se estarão ocorrendo mudanças climáticas localizadas e qual a sua responsabilidade na redução do volume de água dos reservatórios do Centro-Oeste e Sudeste. Mas não há informações para responder com segurança. Da mesma forma, pergunta-se que influência estará tendo o desmatamento nessas mudanças; se estará acontecendo, com maior nível de evaporação da água nas culturas que substituíram a vegetação nativa, menos reposição nos aquíferos que abastecem os mananciais; se estará chegando menos água aos reservatórios, também prejudicados pelo maior assoreamento decorrente da erosão do solo (consequência do modelo agropecuário), compactação e carregamento de sedimentos para os rios, desprotegidos de matas ciliares. Não há informações.

Estamos entrando, como dizem os jornais, numa cri-

se de abastecimento de água? Por desperdício, por sobreuso ou por quais fatores? Vai-se fechar o canal Pereira Barreto, para gerar mais energia, e com isso impedir a navegação na hidrovia a montante, o escoamento da produção agrícola em vasta região de Goiás e Minas? Vai-se prejudicar a economia, reduzir o PIB, afetar o nível de empregos?

Vai-se suspender a exportação de eletrointensivos – principalmente alumínio –, que consomem quase 10% da energia total, depois de havê-la subsidiado durante décadas, à custa de centenas de milhões de reais do Tesouro Nacional a cada ano, para alegria dos consumidores nos países mais ricos, que não querem produzir esses bens (por seu custo energético e ambiental) e os importam?

Terá o processo de privatização na área de energia descuidado da regulação e, principalmente (por afetar

faturamento de empresas), da conservação de energia, que deveria ter sido prioritária? A redução voluntária do consumo que se está observando não mostra o quanto temos desperdiçado ao longo de décadas, com prejuízo para o Tesouro público (maior usuário) e dos cidadãos que pagam contas mensais e os impostos?

Se houvéssemos sido prudentes, poderíamos ter evitado a queda do PIB que se anuncia – e do emprego e da renda? Teríamos menos problemas sociais?

Apesar de todas as evidências, não continuamos a navegar contra a corrente, tentando agora passar por cima das chamadas questões ambientais, em lugar de aprofundá-las? Não estamos responsabilizando os prazos de licenciamento de termoeletricas e hidrelétricas pela crise, quando a demora se deve à inadequação e/ou incompetência dos estudos de impacto ambiental? Não estamos querendo atropelar as exigências legais para apressar a construção de novas unidades – gerando novos problemas para mais adiante? Termoeletricas não aumentarão a emissão de poluentes, contribuindo para problemas

de saúde, chuva ácida e mudanças climáticas?

E a construção de novas usinas nucleares, que se tenta ressuscitar, no momento em que tantos países as abandonam, por falta de solução para a insegurança e o lixo nuclear? Mais lixo não significa agravar o problema que os resíduos em geral já representam – falta de lugares para depositá-los, consumo de recursos naturais acima da capacidade de reposição da biosfera (vide relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e WWF)?

No âmbito mais específico da cidade de São Paulo, o quadro não é semelhante, com a ameaça de racionamento de água e sem poder aproveitar um só litro dos mananciais que cortam seu território – ao mesmo tempo em que enfrenta o drama das enchentes, por causa do assoreamento dos rios, da impermeabilização do solo, da ocupação de área de risco e de preservação permanente? Não são, todos, fatores ditos ambientais? E não estão eles contribuindo decisivamente para o esvaziamento econômico da capital do Estado, que os jornais noticiam? Não são os congestionamentos do trânsito, a poluição, o alto custo das infra-estruturas (derivado em grande parte da excessiva ocupação do solo), as perdas de homens-horas em função desses fatores os responsáveis por esse esvaziamento?

O próprio aumento da violência, em especial nas periferias, não é consequência em grande parte do êxodo rural, que, por sua vez, é fruto do modelo inadequado de ocupação do solo? Não responde esse êxodo por parte do aumento brutal de população urbana que o País experimentou (mais 93 milhões de pessoas nas cidades em 36 anos, de 1960 a 1996)?

Se tudo isso não nos levar a pensar que nossas crises se assentam em sua maior parte nos chamados fatores ambientais, e não mudarmos nossa postura – para conferir-lhes prioridade –, isso significará que não estamos atentos às lições da História. E, por isso, estamos correndo graves riscos.

